



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 06 DE 2 OUTUBRO DE 2022.

3 Aos seis (06) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois (2022), às oito horas e vinte minutos (8h20), iniciou-se a décima sétima (17ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, realizada
4 presencialmente, na Secretaria de Ação Social – Avenida Champagnat – 1750- Centro - Franca-SP. A reunião foi
5 coordenada pela Presidente do CMAS, representante titular da Sociedade Civil, Senhora Alessandra Aparecida da
6 Silva. Estiveram presentes na reunião onze (11) conselheiros(as), sendo seis (06) da Sociedade Civil e cinco (05) do
7 Poder Público, com os(as) seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro, Alessandra
8 Aparecida da Silva, Wagner José de Oliveira, Ana Paula Pinto Marafiga Ribeiro, Jandira de Almeida Ramos, Jussara
9 Barreto, Silvia Helena Bertolino dos Santos e Leandro Ferreira. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:**
10 Marcia Tomie Nakao, Rafael Murari Oliveira. **Conselheiros(as) Suplentes:** Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira. **Pela**
11 **Secretaria-Executiva do CMAS** estiveram presentes: Maria Amélia Facioli Vergara, Secretária Executiva, e Ralf
12 Richardson Gimenes Arruda Machado, Estagiário. A reunião contou ainda com a participação de convidados da rede
13 socioassistencial, dentre outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte [1 – EXPEDIENTE DA](#)
14 [REUNIÃO : 1.1 – Chamada, verificação de quórum e apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes;](#)
15 [1.2 - Qualificação e habilitação por meio da chamada dos\(as\) conselheiros\(as\) titulares ou suplentes na](#)
16 [titularidade para votar;](#) [1.3 - Deliberação sobre a ata da 16ª Reunião Ordinária do CMAS \(22.09\);](#) [1.4 - Aprovação](#)
17 [da pauta;](#) [1.5 – Definição de conselheiros facilitadores da Reunião;](#) [2 – ORDEM DO DIA – Assuntos: 2.1 –](#)
18 [Apresentação e Deliberação do colegiado sobre Prestação de Contas – recursos de reprogramação e de Emendas](#)
19 [Parlamentares – Estadual;](#) [2.2 - Informações sobre o Processo Eleitoral – 2022;](#) [2.3 – Devolutiva da Comissão de](#)
20 [Controle Social do Auxílio Brasil sobre reunião realizada;](#) [2.4 – Devolutiva sobre participação na Reunião](#)
21 [descentralizada e Ampliada do CNAS – 04 e 05 de outubro;](#) [3 – INFORMES: 3.1 – Publicação de Edital de](#)
22 [Chamamento Público - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias](#)
23 [nas modalidades: Centro Dia, Domicílio e Unidade Referenciada;](#) [3.2 - Publicação de Portaria MC 816 de 26 de](#)
24 [setembro de 2022 – define procedimentos e regras para empréstimos consignados em Benefícios Auxílio Brasil;](#)
25 [3.3 – Material Informativo para principais demandas novas de CRAS – CONGEMAS E UNICEF Brasil;](#) [3.4–](#)
26 [Momento de Fala livre dos\(as\) conselheiros\(as\).](#) A presidente do CMAS, Senhora Alessandra, iniciou a reunião
27 cumprimentando os(as) Conselheiros(as) e convidados(as) presentes e solicitou que a verificação do quórum do
28 CMAS e a chamada fossem realizadas. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de dez (10)
29 conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade, foram apresentadas as seguintes [ausências com justificativa:](#)
30 Kathleen Martins, Valdety Souza Vilar Gilberto, Josiane Aparecida Antunes de Campos, Carlos Eduardo dos Santos,
31 Roberta Pucci de Melo, Loren Lorrany Duarte, Sulia das Neves Nascimento, Simone Martins Ramos, Eder Furtado
32 Ribeiro, Andrea Fernanda de Faria e Sousa, Gisleide Branquinho Ramos, Sônia Maria de Andrade Souza, Susana
33 Mendes de Carvalho, Rosemary Lopes Pini Mazzota e Luis Otávio Montelli. E ainda as [ausências injustificadas:](#)
34 Katia Cristina Guerreiro Comparini, Lucas Augusto de Almeida, Luzia Regina Alves, Adriana Cristina Marques
35



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

36 Gomes, Mauro Antônio Moreno Junior e Rosemary Aparecida de Oliveira. Também foi confirmado o quórum
37 necessário de leitura antecipada da ata da 16ª Reunião Ordinária (22.09), sendo a mesma aprovada sem alteração.
38 Em seguida foi lida a proposta de pauta, que foi aprovada com a retirada do item “*Proposta de participação do*
39 *CMAS na Reunião Descentralizada do CONSEAS – apresentação de relatos sobre procedimentos para Inscrição e*
40 *Fiscalização de Entidades e Organizações de Assistência Social no CMAS – 18 e 19 de outubro – São Carlos*”, em
41 razão do adiamento da referida Reunião. Na sequência ficou definido que as conselheiras facilitadoras do dia seriam
42 Jandira e Alessandra. No decorrer da reunião as duas ficaram com incumbência de realizar a explicação das temáticas,
43 siglas, conforme iam sendo apresentadas. Assim a presidente iniciou a Ordem do Dia, com o primeiro assunto. **2.1 –**
44 ***Apresentação e Deliberação do colegiado sobre Prestação de Contas – recursos de reprogramação e de Emendas***
45 ***Parlamentares – Estadual.*** Alessandra passou a palavra para a servidora do setor financeiro da Secretaria de Ação
46 Social, sra. Sandra Mara Fernandes Carvalho, que fez a apresentação dos slides da prestação de contas da
47 reprogramação dos recursos do Estado e Emendas Parlamentares. A servidora disse que a prestação de contas do
48 Estado normalmente é realizada em janeiro, contudo como os recursos já foram utilizados, achou conveniente
49 apresentá-la com antecedência, de modo a evitar uma sobrecarga no mês de janeiro do ano seguinte. Sandra iniciou
50 a sua apresentação demonstrando um quadro com as receitas, as despesas realizadas e o saldo final, com os valores
51 a serem devolvidos aos cofres do Governo do Estado, especificamente ao Fundo Estadual da Assistência Social-
52 FEAS. Ao ser questionada sobre as devoluções de saldos, a servidora explicou que o Estado não autoriza a utilização
53 de valores de rendimentos, obrigando os municípios a devolvê-los. Alguns conselheiros manifestaram indignação
54 com essa situação, visto que o cofinanciamento estadual já é muito pequeno e o município precisa de recursos
55 financeiros. Dando sequência, Sandra demonstrou que os valores recebidos da conta de Emendas parlamentares
56 foram repassados para as Organizações da Sociedade Civil - OSCs indicadas: ADEFI, Estrela de Davi e Lar de Idosos
57 Eurípedes Barsanulfo e o saldo devolvido ao Estado foi de R\$ 6.215,75 (seis mil e duzentos e quinze reais e setenta
58 e cinco centavos) referentes aos rendimentos. Em relação à conta de Benefícios Eventuais, os recursos foram
59 utilizados em pagamento de aluguel social, sendo devolvido R\$ 176,94 (cento e setenta e seis reais e noventa e quatro
60 centavos). Os recursos de reprogramação da Proteção Social de Média Complexidade, foram utilizados em materiais
61 de consumo, de distribuição gratuita e serviços de terceiros, para o CREAS, retornando ao FEAS o valor de R\$
62 498,71 (quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos). E, por fim, os recursos reprogramados da
63 Proteção Social Especial de Alta Complexidade foram repassados à OSC – Adefi para aplicação no Serviço de
64 Acolhimento em Família Acolhedora e foi devolvido R\$ 1.014,71 (mil e quatorze reais e setenta e um centavos). Ao
65 final o colegiado verificou que todos os recursos foram utilizados de acordo com a deliberação do colegiado, por
66 meio da Resolução CMAS 04 de 10 de fevereiro de 2022, aprovando desta forma, a Prestação de Contas apresentada.

67 **2.2 - Informações sobre o Processo Eleitoral – 2022** - Por solicitação da comissão apresentei a Resolução CMAS
68 30 de 03 de outubro de 2022, que dispõe sobre o *Resultado Final de candidaturas ao Pleito Eleitoral 2022 para*
69 *Representação de Usuários(as) no Conselho Municipal da Assistência Social de Franca – CMAS – Gestão*
70 *2022/2024*. Informei que, por solicitação dos candidatos(as) serão disponibilizados ônibus em todas as regiões para



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

71 que os usuários possam comparecer à Assembleia para a votação, visto isso o CMAS, principalmente a Comissão
72 Eleitoral, deverá repensar a organização do evento para receber um número expressivo de eleitores. O conselheiro
73 Rafael sugeriu que caso não esteja chovendo no dia da Assembleia, esta seja feita na área externa da Secretaria de
74 Ação Social, para acomodar mais pessoas e ser um evento menos formal. Ana Paula se dispôs a solicitar à FEAC
75 tendas emprestadas para o evento, caso necessário. Em seguida, apresentei a relação das inscrições de candidatos à
76 Representação de Trabalhadores do SUAS, encaminhada pelo FORTTSUAS-RF, e disse que todos os trabalhadores
77 do SUAS podem votar, exceto os que ocupam cargo de coordenação, gerência ou de confiança na gestão do SUAS,
78 visto que pela natureza da função representam os gestores públicos ou organizações e entidades de assistência social,
79 não podendo ser representante de trabalhadores, conforme previsto nas normativas nacionais. Lembrei que a
80 Assembleia de trabalhadores será dia 11 de outubro, às 18h e a de usuários será dia 13, às 8h, sendo as duas na
81 Secretaria de Ação Social. **2.3 – Devolutiva da Comissão de Controle Social do Auxílio Brasil sobre reunião**
82 **realizada** - Foi lida a memória da 3ª Reunião da Comissão de Controle Social do Auxílio Brasil, que trouxe como
83 um dos pontos principais a necessidade de melhoria da atualização cadastral com a ampliação de pelo menos 20%
84 dos inscritos para o recebimento/aumento do IGD, com a informação de que a meta foi superada no Município devido
85 aos mutirões que estão sendo realizados nos CRAS, aos sábados. Ana Paula informou que a meta de atendimentos
86 diários tem sido atingida, e que está havendo uma boa adesão por parte do público, bem como dos servidores, que
87 recebem hora extra ao participar. Viviane questionou se a reestruturação que envolve o Cadastro Único, publicada
88 no Diário Oficial no dia que antecedeu esta reunião ordinária, melhora as condições de trabalho do Cadastro. Ana
89 Paula respondeu que não, que apenas se trata de reestruturação de exigências jurídicas do cargo da Loren. Durante a
90 reunião, foi levantada a questão sobre quais seriam as condicionalidades para o recebimento do Auxílio Brasil,
91 principalmente no que tange a saúde e educação, e a Comissão concordou em solicitar um levantamento aos
92 responsáveis pela coleta de dados nas duas áreas referidas. Também serão solicitadas informações sobre os
93 atendimentos no novo espaço do CadÚnico, para a gerente e conselheira Loren. Na reunião da comissão a conselheira
94 Sônia sugeriu a ampliação de sua estrutura, articulando sua atuação com as áreas da Saúde e Educação, podendo
95 haver, por exemplo, cadastramento de famílias de alunos nas escolas pelo setor administrativo destas. Nesse sentido,
96 Ana Paula pontuou que para que ocorra a ampliação da estrutura do Cadastro Único, é imprescindível o
97 financiamento do Governo Federal, em oposição a prática recorrente dos municípios em improvisar para atender as
98 demandas. Jandira complementou dizendo que tal prática dos municípios contribui para o *desfinanciamento* da
99 Assistência Social pelo Governo Federal, visto que as demandas estão sendo atendidas, mesmo que de forma
100 precarizada, e, portanto, o Governo Federal não prioriza o investimento na área. Jandira sugeriu que o Conselho
101 deveria chamar a atenção das instâncias fiscalizadoras para a realidade precarizada da Assistência Social, pois não
102 está havendo a devida cobrança neste sentido. **2.4 – Devolutiva sobre participação na Reunião descentralizada e**
103 **Ampliada do CNAS – 04 e 05 de outubro-** Participaram da Reunião Descentralizada, eu, Secretária Executiva do
104 CMAS, a conselheira Viviane e as conselheiras Jandira e Roberta assistiram a palestra inicial, da Professora Aldaiza
105 Spozatti. Informei que a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS – RDA, acontece semestralmente, sendo



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

uma no primeiro semestre e outra no segundo e é organizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sendo este um momento de debate e reflexões sobre algumas das principais temáticas da Assistência Social. Pontuei que nesta Reunião a temática do Painel inicial foi “Os Desafios da Padronização dos Serviços Socioassistenciais com a Valorização dos Trabalhadores frente à Precarização na Gestão do Trabalho”, e que houve grande representatividade nas discussões, contando com representantes de usuários, trabalhadores e entidades. Disse que no dia seguinte houveram oficinas, e que os participantes podiam escolher em qual participar, apresentando os temas, conforme cronograma. Pontuei que parte do conteúdo da RDA está disponível no Youtube, e que eu irei compartilhar os demais conteúdos e apresentações com o colegiado assim que forem disponibilizados pelo CNAS. A conselheira Viviane participou da oficina três sobre o Orçamento e Financiamento do Suas e fez um resumo sobre os principais pontos debatidos na RDA. Disse que foi abordada a questão da separação dos trabalhadores entre a rede pública e privada, mas que todos fazem parte do SUAS e que não deve haver distinção prática. Disse que outra questão discutida foi o grande avanço na estruturação da política de Assistência que se verificou nas últimas duas décadas, e que atualmente se encontra em retrocesso devido a conjuntura político-econômica atual e consequentemente à falta de revisão da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Viviane concluiu pontuando que as Descentralizadas têm um objetivo propositivo, e que as oficinas tem o intuito de fomentar discussões e formulações de propostas para a intervenção nas questões abordadas. Jandira complementou explanando a fala da Profa. Dra. Aldaiza Sposati, que chamou a atenção para a importância da divulgação do SUAS para a população, pois muitas vezes este é invisibilizado, o que contribui para a sua precarização. Outro ponto salientado pela conselheira foi a importância da acolhida do usuário durante o atendimento, que deve ser humanitário e com atenção a situação de vulnerabilidade que o atendido muitas vezes se encontra. Complementei destacando a discussão sobre a ausência da lei do SUAS nos municípios e do reconhecimento da Assistência Social enquanto Política Pública nas Constituições Estaduais. Também explanei que foi muito frisada a importância da valorização dos trabalhadores do SUAS, bem como os impactos da precarização das condições de trabalho. Viviane, sobre a primeira oficina, disse que esta tratou sobre o trabalho infantil, e explicou como a flexibilização da Lei de Aprendizagem implica diretamente nesta questão, havendo em 2017 quinhentas e oitenta mil crianças inseridas no trabalho infantil, e que os números cresceram ainda mais nesta conjuntura de crise econômica. Em relação a terceira oficina, relativa ao Orçamento do SUAS, Viviane pontuou sobre o processo de desmonte do financiamento da Política de Assistência Social, desde a Emenda Constitucional aprovada no Governo Temer, que reduziu os recursos para a área de Assistência, Saúde e Educação. Desde então os cortes continuaram, e recentemente houve a aprovação do corte de cerca de 95% no orçamento da Assistência Social para 2023 por parte do Governo Federal. Disse ainda que atualmente a Assistência Social é financiada quase totalmente pelos municípios, e que esta situação deve ser enfrentada através de mobilizações em defesa do SUAS. No que tange a quarta oficina, que tratou da temática sobre a participação dos usuários no controle social, pontuei que o principal destaque foi para a necessidade de fortalecer os coletivos de usuários, como os fóruns e associações, pois estes movimentos tem grande caráter representativo, havendo assim uma possibilidade de seus integrantes serem sujeitos ativos nos conselhos, trazendo demandas e propostas de modo a tornar o conselho um



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

141 espaço mais orgânico. Também foi discutido sobre os 6 níveis de participação, e que para alcançar todos é necessária
142 uma boa formação, assim havendo a necessidade de recursos destinados à formação de conselheiros. Também foram
143 abordadas as dificuldades enfrentadas pelos usuários conselheiros, como o preconceito, devido à criminalização da
144 pobreza. Em relação a oficina 2, que tratou da reformulação da Resolução que estabelece as diretrizes para o
145 funcionamento dos conselhos, lembrei que o CMAS de Franca, participou e contribuiu na consulta pública de
146 elaboração desta resolução e que a mesma será publicada em breve. Já com relação à oficina sobre o Cadastro Único,
147 o debate principal foi sobre a necessidade de estruturação deste para tenha capacidade operacional e sugerimos que
148 o colegiado assista esta oficina pelo canal do You tube. **– INFORMES: 3.1 – Publicação de Edital de Chamamento**
149 ***Público - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias nas***
150 ***modalidades: Centro Dia, Domicílio e Unidade Referenciada;*** Apresentei os Chamamentos publicados no Diário
151 Oficial do Município para conhecimento do colegiado. A conselheira Viviane pontuou que há uma problemática no
152 fato de não ser exigido ensino superior de alguns profissionais que atuam no atendimento direto nos serviços
153 especializados, como por exemplo nos de média complexidade. A conselheira considera que para garantir uma
154 execução eficiente do serviço em atenção às demandas dos atendidos, é necessária uma devida qualificação. Outra
155 questão levantada pela conselheira foram os critérios para o Chamamento Público, pois os serviços selecionados são
156 os de menor custo de execução, culminando na precarização dos serviços. Por fim, pontuou que as formas de acesso
157 aos serviços não podem se limitar ao CREAS, como ocorreu nestes chamamentos, que devem vir também de demanda
158 espontânea, da rede de serviços, do Sistema de Garantia de Direitos, de modo a ampliar o acesso àqueles que
159 necessitam do serviço. A conselheira Jandira pontuou que a Lei 13.019 garante a participação de qualquer OSC,
160 mesmo as que não possuem experiência na execução de serviços e que a Administração está obrigada a cumprir o
161 que prevê a lei. Rafael explanou o relato de uma usuária, a qual manifestou que “se sentiu movida como lixo” durante
162 um processo de transição, chamando a atenção para o cuidado no atendimento e na prestação de serviço para com os
163 usuários, visto que estes já possuem vínculos rompidos e muitas vezes veem seus direitos violados constantemente.
164 Jandira expôs que considera o acolhimento institucional uma modalidade violadora por si só, e que a Assistência
165 Social deve atuar com enfoque em evitar este tipo de acolhimento, investindo na proteção básica, de modo a evitar o
166 rompimento de vínculos. **3.2 - Publicação de Portaria MC 816 de 26 de setembro de 2022 – define procedimentos**
167 ***e regras para empréstimos consignados em Benefícios Auxílio Brasil;*** Apresentei a portaria ao colegiado, bem
168 como os posicionamentos de repúdio do CONGEMAS e do CNAS no tocante ao assunto. **3.3 – Material Informativo**
169 ***para principais demandas novas de CRAS – CONGEMAS E UNICEF Brasil;*** Informei que o material trata de
170 informar sobre o que são os auxílios e outras políticas de assistência, e que o objetivo é reduzir as filas na rede de
171 atendimento, informando a população através de cartazes e vídeos. **3.4– Momento de Fala livre dos(as)**
172 ***conselheiros(as).*** Não houveram considerações. Finalizados todos os assuntos, a presidente Alessandra Aparecida da
173 Silva deu por encerrada a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos (10h25), e a mesma foi gravada para consulta
174 dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a
175 presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.